



As novas hidrelétricas não possuem reservatórios volumosos. Ponto positivo: o impacto ambiental é menor. Problema: o país fica mais vulnerável em períodos de seca

MARCELO SAKATE

Maior obra em andamento no país, a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, significará um reforço essencial para aumentar a segurança energética brasileira. Quando passar a operar em sua totalidade, em 2019, vai ampliar a geração de energia do Brasil em 4 600 MW médios, o que equivalerá a 6% da produção necessária para atender o país. Ajudará ainda a aliviar a conta da luz para o consumidor sem agravar a emissão de gases de

efeito estufa, uma vez que se trata de fonte renovável de baixo custo. Durante quatro meses do ano, de fevereiro a maio, Belo Monte produzirá mais de 11 000 MW médios, próximo ao limite de sua capacidade. É uma contribuição equiparável à da usina de Itaipu, a maior hidrelétrica do país. Mas, nos três a quatro meses da chamada estação seca, a geração pode cair para menos de 1 000 MW médios. O impacto positivo para aumentar a oferta energética poderia ser o dobro, caso o governo tivesse decidido bancar o projeto original, ainda que à custa de um dano ambiental maior, causado por uma área alagada igualmente mais extensa.

Ao armazenarem água no período de chuvas, as usinas com represas conseguem evitar a queda acentuada da produção de energia durante a chamada estação seca. Ou seja, funcionam como uma espécie de poupança. Há duas décadas, se todas as usinas hidrelétricas brasileiras se encontrassem com suas

represas cheias, elas poderiam gerar energia suficiente para abastecer o país por sete meses, caso parasse totalmente de chover. Esse nível de segurança é cada vez menor. Isso acontece porque o consumo de energia sobe a cada ano, mas, por questões ambientais, todas as

Menos energia reservada

Sem a construção de novas hidrelétricas com grandes reservatórios, diminuiu a capacidade do Brasil de poupar água para a produção de eletricidade nos meses de estiagem

(potencial de produção, em meses de demanda do sistema elétrico)



1995

Fonte: CMU Energia, com dados do ONS



BELO MONTE, a maior hidrelétrica em construção, vai operar com carga máxima apenas por quatro meses ao ano: uma Itaipu em energia desperdiçada

novas hidrelétricas possuem reservatórios pouco volumosos. São as chamadas usinas a fio d'água. A capacidade total dos reservatórios nacionais seria hipoteticamente suficiente para suprir o abastecimento por quatro meses e meio — e se estivessem cheios, o que não é o caso hoje. A tendência, para os próximos anos, é de uma queda constante na capacidade energética armazenada na forma de água. “Não faz sentido desperdiçar um potencial equivalente a uma Itaipu com a decisão de não construir um reservatório em Belo Monte”, diz Walter Fróes, presidente da CMU Energia.

A determinação de abrir mão dos reservatórios perdura desde o início dos anos 90 e foi tomada por causa da preocupação com o meio ambiente, em um momento em que havia sobra de poten-

cial energético e a economia patinava, aliviando o consumo. Hoje, a necessidade de geração de energia é maior, especialmente se for de uma fonte renovável mais barata. Com os reservatórios existentes em níveis historicamente baixos, um quarto da oferta nacional tem sido complementado pelas termelétricas, que operam à base da queima de combustíveis fósseis e são mais caras.

Retomar a construção de usinas com represas deixaria o país menos vulnerável a estiagens prolongadas, mas sua segurança energética depende de também aumentar o investimento em fontes alternativas. Especialistas dizem que o Brasil precisa ampliar o aproveitamento da geração eólica, em especial da Região Nordeste, que é complementar à operação das principais hidrelétricas brasileiras. Os ventos na região sopram com maior intensidade no meio do ano, justamente quando o fim do período chuvoso diminui a produção hidrelétrica. Além disso, campanhas para combater o desperdício no consumo teriam impacto relevante para aliviar o desequilíbrio hoje existente entre oferta e demanda. Equipamentos eletrônicos como televisores e roteadores no modo stand-by respondem por até 15% dos gastos nos domicílios. Desligá-los nos momentos em que não são utilizados reduziria o consumo nacional em até 4%. As incertezas geradas pelo risco de racionamento e pelo encarecimento da eletricidade reforçam a necessidade de repensar o modelo energético para não deixar o país refém das chuvas.

MAIS CRÉDITO ADIANTA...

...se os brasileiros já estão com dívidas demais?

Até recentemente, o crédito era uma das principais forças propulsoras da atividade econômica no Brasil. Nos últimos dez anos, o volume total dos empréstimos com recursos livres subiu de 252 bilhões de reais para 1,5 trilhão de reais, numa alta superior a 500%. Mas esse motor perdeu intensidade. Os brasileiros endividaram-se demais, e o crédito parou de crescer como no passado, o que contribuiu para segurar a atividade na economia. Uma pesquisa da Serasa Experian revelou que existem 57 milhões de pessoas com faturas e contas em atraso.

Na semana passada, o governo anunciou medidas para destravar a concessão de financiamentos, graças a uma esperada redução no custo das operações. Na aquisição de veículos e máquinas, deverá ficar mais fácil para os bancos retomar os bens dos inadimplentes. A responsabilidade por impostos e multas estará a cargo do devedor. Atualmente, os bancos têm dificuldade para retomar as mercadorias financiadas e muitas vezes acabam obrigados a cobrir pendências tributárias. Como resultado, o crédito se torna mais caro.

Deverá também diminuir a burocracia para a contratação do financiamento imobiliário. Haverá um cadastro único nacional, e não será mais necessário retirar certidões negativas em diversos cartórios. Será ainda criado o crédito que tem como garantia o imóvel quitado (o *home equity*), tradicionalmente a forma de financiamento pessoal mais barata nos países desenvolvidos, mas que aqui não prosperava por falta de um marco legal bem definido. Essas iniciativas deverão entrar em vigor nos próximos meses, e muitas delas dependem de aprovação do Congresso.

